

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026

- GRUPO AMPLA CONCORRÊNCIA –
- GRUPOS EXCLUSIVOS ME/EPP -

O **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, inscrito no CNPJ nº 83.279.448/0001-13, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e da **Resolução N. TC-0237/2023** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço**, sob o **regime de execução de preços unitários**, mediante as condições estabelecidas neste Edital, com grupos de participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e grupo destinado à ampla concorrência.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 01/07/2026

HORÁRIO DE ABERTURA DE SESSÃO E DISPUTA DE LANCES: 14:00 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925395

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO SISTEMA: 90073/2026

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação diversa do Agente de Contratação.

SEÇÃO I - DO OBJETO

1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos automotores, sob demanda, com motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias à circulação, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no Termo de Referência anexo.

1.1 Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema www.compras.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2 A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade: 001858, Classificação Econômica: 33.90.39.27, Fonte: 1.500.100.000.

2.1 O valor total estimado para fornecimento do objeto desta licitação é de **R\$ 238.528,60** (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

SEÇÃO III - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

3 Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico ou solicitar esclarecimento sobre seus termos, na forma eletrônica, mediante petição, a ser enviada via sistema ou pelo e-mail pregoeiro@tcesc.tc.br.

3.1 Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, receber, examinar e instruir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos e encaminhá-los para decisão do Diretor da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.2 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas.

3.3 O Tribunal de Contas poderá emitir Nota de Esclarecimento, a qual será publicada nos sites www.compras.gov.br , <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/> , no PNCP e, também, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e).

SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico disponível, por meio do sítio www.compras.gov.br.

4.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Contas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3 Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4 O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.5 Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- I. As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em uma das circunstâncias previstas no art. 14, da Lei 14.133/2021:
- II. Empresas reunidas em consórcio, em virtude de o objeto ser passível de ser executado por diversas empresas individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA

5 O licitante interessado deverá cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de cadastramento de propostas.

5.1 O licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para o item**, em reais (R\$), com até duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que participarem do certame deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema.

5.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.7 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.8 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6 O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, e observadas as especificações técnicas e os parâmetros definidos no Edital.

6.1 Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor por grupo.

6.2 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Contratante ou firam os direitos dos demais licitantes.

SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no sistema compras.gov.br.

7.1 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.2 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO MODO DE DISPUTA

8 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance, vedada a identificação do licitante.

8.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.1.1 Observado o disposto acima, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.2 O intervalo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, é de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo de real).

8.3 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4 Durante a fase de lances, o agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

9 Nos termos da Resolução N. TC-0237/2023, a presente licitação se dará pelo modo de disputa **ABERTO**.

10 No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

10.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11 Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no item 10, a etapa será encerrada automaticamente.

12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital, para a definição das demais colocações.

13 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os critérios definidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Regulamento do TCE/SC, sendo que o primeiro critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

14 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

15 No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sistema.

SEÇÃO IX - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16 A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada:

16.1 às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente com a proposta readequada (**Modelo Anexo IV**);

16.2 ao item de contratação cujo valor estimado seja igual ou inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

17 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

17.1 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o processo licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

18 Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

18.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e negociação, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

19.1 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

19.2 Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

20 Fica estabelecido o **prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado e, se necessário, documentos complementares solicitados.

20.1 O envio da proposta adequada ao último lance e documentos complementares deverão ser enviados preferencialmente via sistema.

20.2 Será aceito o envio para o e-mail: pregoeiro@tcsc.tc.br após o término da fase de lances, desde que dentro do prazo previsto no edital, nesse caso, o agente de contratação disponibilizará os documentos recebidos para consulta de todos os licitantes.

20.3 A prorrogação de que trata o item 20 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou

II - por ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

20.4 A proposta de preços adequada ao lance vencedor ou ao valor negociado a ser encaminhada **após o término da fase de lances** deverá obrigatoriamente conter as seguintes informações:

20.4.1 Razão social e CNPJ do licitante, endereço completo, telefone, e/ou endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente e de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, a especificação do objeto, bem como o valor total e os valores unitários, o código dos serviços de acordo com a Lei Complementar nº 116/2003 e os respectivos CNAEs (Código Nacional de Atividade Econômica).

21 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nos termos do regulamento do TCE/SC.

22 Nesse caso, o próximo licitante convocado deverá enviar a proposta adequada e demais documentos complementares, se for o caso, nos termos do item 20.

23 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

24 Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação verificará a documentação de habilitação do licitante.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

25 Encerrada a fase de aceitabilidade da proposta, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar encaminhará os documentos de habilitação exigidos no edital, preferencialmente pelo sistema ou para o e-mail pregoeiro@tcsc.tc.br, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

25.1 No caso de envio de documentação por e-mail, esta será disponibilizada pelo agente de contratação para consulta de todos os licitantes.

25.1.1 O envio por e-mail somente será aceito após a solicitação do agente de contratação via sistema, uma vez que é vedada a identificação do licitante antes do término da fase de lances sob pena de desclassificação.

26 A verificação dos documentos de habilitação somente ocorrerá após encerradas as fases de envio de lances da sessão pública e de negociação direta com o licitante detentor da melhor proposta.

27 A habilitação será verificada por meio de validação nos portais oficiais ou outro meio hábil disponível.

28 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes Cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) SICAF e Certificado de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (CCF/SEA), se houver.

28.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

28.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

28.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

29 Para fins de habilitação neste certame, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Contrato social consolidado ou registro de empresa individual/MEI ou certidão simplificada emitida pela junta comercial ou outro documento que comprove a existência da pessoa jurídica;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Federal com a Dívida Ativa da União, incluindo a Seguridade Social (INSS);
- e) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual;
- f) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal;
- g) Comprovante de regularidade fiscal para com o FGTS;
- h) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) – CNDT;

- i) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedido pelo distribuidor da sede do licitante;
- j) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- k) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- l) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- m) Declaração que cumpre reserva cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser substituída pela certidão emitida no site do Ministério do Trabalho e Emprego, no site: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.
- n) Atestado(s) de Capacidade Técnica, que comprove(m) experiência compatível com o objeto desta contratação, qual seja, que a licitante já executou ou executa serviços de locação de veículos com motorista, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência anexo, sendo que deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da contratante, período de execução, descrição dos serviços prestados e avaliação satisfatória.

29.1 Os documentos exigidos no item 29 poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores (CCF) expedido pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), expedido pelo Portal de Compras do Governo Federal, desde que estejam expressamente citados no respectivo cadastro e dentro do prazo de validade.

29.2 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no sistema compras.gov.br (**Relatório de Declarações**).

29.3 Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

29.4 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

29.5 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

29.6 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

29.8 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanar eventual restrição nos documentos de regularidade fiscal como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

29.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

29.8.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

30 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no item 20.

31 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XII – DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

32 O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas e/ou dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e/ou habilitação, mediante decisão fundamentada, observado o disposto no art. 55 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

33 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento previsto acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

SEÇÃO XIII – DO RECURSO

34 Caberá, nos moldes do artigo 165 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021, recurso em face de:

I - julgamento das propostas;

II - ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - anulação ou revogação da licitação.

35 Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

35.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

36 O prazo para apresentação das razões recursais das intenções de recurso é 3 (três) dias úteis, e iniciará na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

37 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema ou para e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

38 Os demais licitantes ficarão intimados a, se desejarem, apresentar contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal, que se dará por meio do e-mail oficial do licitante, ou de divulgação da interposição do recurso no sistema.

39 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

40 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

41 Os recursos serão dirigidos ao agente de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

42 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

43 Caso o licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.

SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

44 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

44.1 A adjudicação do certame será por grupo, sendo que todos os itens do grupo serão adjudicados para o mesmo vencedor no certame.

45 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, disponível na internet, no endereço <https://www.tcesc.tc.br/content/dotc-e>.

SEÇÃO XV – DO CONTRATO

46 Após a homologação e adjudicação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, conforme minuta do **Anexo I**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

46.1 O prazo para firmar o contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

46.2 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

46.3 Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

46.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

46.4.1 A regra acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados, na forma do inciso I do subitem 46.3.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES

47 O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, mediante apuração prevista em regular processo administrativo.

SEÇÃO XVII – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

48 A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

48.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

48.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

48.3 Na hipótese da ilegalidade, de que trata o item 48, ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n. 14.133, de 2021.

SEÇÃO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

49 Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida no site www.compras.gov.br, Código UASG 925395, número da licitação 90073/2026, no site <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/>, Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, **Pregão Eletrônico nº 073/2026**, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) ou solicitado através dos e-mails pregoeiro@tcsc.tc.br ou daf.clic@tcsc.tc.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

50 O licitante vencedor se compromete a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

51 O licitante vencedor se compromete a atuar em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sobretudo quando, em decorrência do objeto contratado, se enquadrar como operador de dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

52 A rigor do que dispõem a Lei Federal n. 12.527/2011, a Lei Federal n. 14.133/2021 e a Lei Complementar n. 101/2000, as licitantes ficam cientes de que todo o processo administrativo licitatório é público, bem como a fase externa da licitação, com as exceções resguardadas pelo sigilo legal. Desta forma, os documentos que instruem o processo licitatório devem atender ao princípio da publicidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal e do art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

SEÇÃO XIX – DOS ANEXOS

53 Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I – Minuta de Contrato;
- b) Anexo II – Termo de Referência;
- c) Anexo II-A – Planilha de Valores Máximos Admissíveis;
- d) Anexo III – Modelo de Declarações de Habilitação;
- e) Anexo IV – Modelo Declaração ME/EPP;
- f) Anexo V – Modelo de Declaração Optante pelo Simples Nacional (assinatura do Contrato, se for o caso).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)
PROCESSO SEI 26.0.000001920-7

Florianópolis, 15 de junho de 2026.

André Diniz dos Santos
Diretor de Administração e Finanças, em Exercício.

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-160, inscrito no CNPJ sob nº 83.279.448/0001-13, neste ato representado pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Raul Fernando Fernandes Teixeira, CPF nº, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa, com sede na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF nº ..., a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 073/2026 e seus anexos, bem como à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA à Lei nº 14.133/2021, Resolução N. TC-0237/2023 do TCE/SC e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato será executado pelo **regime de execução de preços unitários**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos automotores, sob demanda, com motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias à circulação, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta da dotação orçamentária Funcional Programática: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade: 001858, Classificação Econômica: 33.90.39.27, Fonte: 1.500.100.000.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pelo objeto executado, o contratante pagará a contratada o valor total estimado de R\$ (.....), conforme segue:

[Incluir Tabela e/ou especificação.]

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O preço do contrato será reajustado, por meio de apostilamento, a cada 12 (doze) meses, sendo a data-base 06/05/2026.

§ 1º O reajuste será calculado pela variação acumulada do índice IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses.

§ 2º O contrato poderá sofrer restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro sempre que se fizer necessária a recomposição dos preços em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

§ 3º O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser solicitado pela parte interessada e devidamente comprovado, devendo ser operado por meio de realização de termo aditivo ao contrato.

§ 4º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência contratual, antes da realização de eventual prorrogação, sob pena de preclusão para ambas as partes.

§ 5º O prazo para responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, é de até 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por até 10 anos, considerando o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

Parágrafo único. Os veículos deverão ser disponibilizados em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação formal do CONTRATANTE, através de telefone ou eletronicamente via e-mail. Referido prazo poderá ser reduzido em face da necessidade premente dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

A CONTRATADA fornecerá garantia e assistência técnica necessárias a execução do contrato.

§ 1º Os veículos deverão permanecer durante toda a execução contratual em plenas condições de uso, segurança, conforto e higiene, atendendo às normas do CONTRAN, DETRAN, ANTT e demais órgãos competentes.

§ 2º Eventuais falhas mecânicas ou operacionais deverão ser sanadas o mais breve possível, com substituição do veículo, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado através do Banco do Brasil SA, agência 3582-3, Florianópolis, SC, até o quinto dia útil após a prestação do serviço e aceite pelo fiscal do contrato, e a consequente liquidação da despesa pelo gestor do contrato, conforme condições estabelecidas no item 9 do Termo de Referência.

§ 1º O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente no Banco do Brasil. O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação. (Conforme Decreto 1.073/2017).

§ 2º O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária para o Banco, agência, conta corrente, ou outra a ser indicada pela Contratada, ou por meio de boleto com código de barras.

§ 3º Fica o contratante autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 4º O pagamento poderá ser sustado pelo contratante por inadimplemento de qualquer cláusula do contrato.

§ 5º O documento fiscal a ser emitido deverá conter as seguintes informações:

- I. Código de atividade econômica – CNAE;
- II. Dados Bancários.

§ 6º A CONTRATADA deverá apresentar junto à nota fiscal, as certidões negativas de débito exigidas no edital para fins de habilitação. Constatada eventual irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária por parte da CONTRATADA, o processo administrativo de liquidação de despesa dependerá da autorização do ordenador de despesas responsável.

§ 7º Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Simples Nacional DEVERÁ DESTACAR, na nota fiscal, o Imposto de Renda a ser retido conforme a alíquota referente ao seu ramo de atuação nos termos da IN RFB 1234/2012 e do Manual Técnico do Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, aprovado pela Portaria nº 163/GABS/SEF de 24/05/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O contratante reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- a) Modificar, unilateralmente, o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa a inexecução parcial do contrato;

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

Parágrafo único. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública:

- a) advertência, pela prática da infração prevista na alínea "a" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- b) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "b" a "f" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "g" a "k" do *caput* desta Cláusula;
- d) multa, no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, pela prática de qualquer das infrações previstas nas alíneas "a" a "k" do *caput* desta Cláusula, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas neste parágrafo, conforme as circunstâncias do caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado;
- b) Prestar as informações necessárias à adequada execução dos serviços;
- c) Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) Rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações contratadas.

II. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer os veículos em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, atendendo integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
- b) Manter seguro total dos veículos e dos passageiros, admitida a existência de franquias, desde que integralmente suportada pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, bem como realizar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;

- c) Assumir integral responsabilidade por danos pessoais ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa;
- d) Substituir o mais breve possível o veículo em caso de pane, acidente, furto ou qualquer ocorrência que impeça a continuidade do serviço;
- e) Disponibilizar motoristas devidamente habilitados, com CNH compatível com a categoria do veículo, válida e em pleno vigor, e com experiência mínima de 2 (dois) anos na condução de veículos compatíveis com o objeto da contratação;
- f) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do serviço, inclusive combustível, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários.
- g) Executar os serviços conforme demanda previamente comunicada, inclusive, de forma excepcional, em dias não úteis.
- h) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de combustível e por todos os custos operacionais, tais como pedágios, estacionamento, alimentação, estadia e demais despesas relacionadas.
- i) Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, não transferindo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade, inclusive eventuais multas aplicadas.
- j) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso durante e após a execução dos serviços.
- k) Quanto ao motorista, apresentar-se com vestimenta adequada ao serviço, sendo vedado traje incompatível com a atividade.
- l) Dispor de motoristas que mantenham conduta profissional, urbanidade e direção segura.
- m) Será permitida a subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pelo TCE/SC, apenas em situações excepcionais, como manutenção ou pane do veículo principal.
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação.
- o) Responsabilizar-se pelos atos de seus funcionários que causem danos ao CONTRATANTE ou a terceiros, reparando os prejuízos.
- p) Cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, podendo a Administração, a qualquer tempo, verificar o cumprimento da exigência no site do Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>).
- q) Aceitar, mediante Termo Aditivo e nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser extinto, por ato unilateral da Administração ou consensualmente, com fundamento no artigo 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo Único. A CONTRATADA terá direito à rescisão nas hipóteses previstas no § 2º do artigo 137, da Lei n. 14.133/2021, respeitadas as situações previstas no § 3º do artigo 137.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A CONTRATADA compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

§ 1º Em relação aos dados pessoais tratados e processados na prestação do serviço e/ou fornecimento objeto deste Edital, a CONTRATADA obriga-se a observar e cumprir com as obrigações contidas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 2º A Contratada se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o instrumento convocatório, este contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pelo TCE/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

A Contratada declara, sob as penas da lei e para todos os fins deste contrato e do processo licitatório, que:

- a) Não praticou e não praticará nenhum ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 e demais legislações anticorrupção vigentes.
- b) Não solicitou, exigiu, cobrou, obteve ou obterá, para si ou para outrem, vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público ou privado. Declara ainda que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido por qualquer de seus agentes, empregados, prepostos ou representantes, direta ou indiretamente.
- c) Não financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou, nem financiará, custeará, patrocinará ou subvencionará a prática de atos ilícitos previstos na legislação vigente
- d) Não utilizou e não utilizará interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) Não frustrou, fraudou ou fraudará, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame, nem impediu, perturbou ou fraudará a realização de qualquer ato do processo de licitação e contratação, nem afastou ou procurou afastar qualquer licitante do certame, por meio de fraude ou vantagem indevida de qualquer tipo.
- f) Não fraudou e não fraudará o contrato, nem criou ou criará, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação pública ou contrato administrativo.
- g) Não obteve e não obterá vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações a serem eventualmente realizadas no contrato, nem manipulará ou fraudará o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

Parágrafo Único. O descumprimento desta cláusula pela CONTRATADA, seus colaboradores, empregados ou dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, conferirá à CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato imediatamente, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O CÓDIGO DE ÉTICA E COM A POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO ASSÉDIO

A CONTRATADA declara ter plena ciência do Código de Ética e Conduta dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), aprovado pela Resolução N. TC-252/2024, bem como da Política de Prevenção e de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, aprovada por meio da Resolução N.TC-254/2024, e compromete-se a observar os princípios e normas de conduta dispostos nos referidos instrumentos durante toda a vigência deste contrato, quando aplicável.

§ 1º O descumprimento de qualquer dispositivo previsto no Código e na Política poderá ser considerado falta grave e ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 2º A CONTRATADA reconhece que a observância dos princípios éticos e das normas de conduta previstas no Código e na Política é fundamental para a manutenção de um ambiente íntegro, transparente e respeitoso, contribuindo para a boa execução do objeto contratual e para a imagem do TCE/SC.

§ 3º Em caso de dúvidas sobre a interpretação ou aplicação dos referidos instrumentos, a CONTRATADA deverá buscar esclarecimentos junto ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

O representante do contratante, para os fins deste contrato, é o titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), o gestor do contrato é o titular da Coordenadoria de Engenharia, Infraestrutura e Transporte – DAF/CEIT e o fiscal é o responsável pela Divisão de Transportes, cabendo à contratada indicar preposto para representá-la, no caso de o seu preposto divergir do representante legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Florianópolis, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinente à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente contrato digitalmente.

Florianópolis, ... de de 2026.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)
PROCESSO SEI 26.0.000001920-7

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, **sob demanda**, com motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias à circulação, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, conforme especificações deste Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços compreenderão os seguintes tipos de veículos: Veículo tipo Sedan; Van e Micro-ônibus.
- 1.3. Natureza do Objeto
 - 1.3.1. O objeto possui natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, podendo ser licitado por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
 - 1.3.2. A execução do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o TCE/SC.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe de frota própria destinada ao atendimento de suas atividades administrativas e institucionais. Todavia, em determinadas situações, a frota disponível mostra-se insuficiente para suprir integralmente a demanda, seja em razão de simultaneidade de compromissos, indisponibilidade temporária de veículos por manutenção, revisões ou outros fatores operacionais, seja pelo aumento pontual da necessidade de deslocamentos.
- 2.2. Nessas circunstâncias, torna-se necessária a utilização complementar de veículos locados, de forma pontual e sob demanda, como medida de apoio à frota própria, assegurando a continuidade, a eficiência e a regularidade das atividades institucionais do Tribunal.
- 2.3. A contratação de serviços de locação de veículos com motorista, quando a frota própria for insuficiente, apresenta-se como solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que evita a ampliação permanente da frota do TCE/SC, o que implicaria custos elevados com aquisição, manutenção, seguros, licenciamento e gestão continuada de veículos e motoristas.
- 2.4. Ademais, a locação sob demanda confere maior flexibilidade à Administração, permitindo a adequação imediata à necessidade específica de cada serviço, sem gerar ônus fixos permanentes, sendo especialmente adequada para atender deslocamentos relacionados a fiscalizações, auditorias, capacitações, eventos institucionais, reuniões técnicas, missões oficiais e transporte eventual de servidores, membros, colaboradores, convidados e equipamentos.
- 2.5. Dessa forma, a presente contratação não substitui a frota própria do Tribunal, mas atua de forma subsidiária e complementar, exclusivamente nos casos em que os meios próprios não

forem suficientes para atender à demanda institucional, preservando o interesse público e a economicidade da contratação.

3. ESTIMATIVAS DE USO (PROJEÇÃO ANUAL)

- 3.1. As quantidades estimadas de diárias e quilômetros rodados são meramente estimativas, não gerando obrigação de contratação integral.
- 3.2. Para fins de estimativa orçamentária e formação da planilha de valores máximos admissíveis, adotou-se estimativa técnica de quilometragem excedente média por diária (além da franquia de 100 km), considerando perfis típicos de deslocamento urbano, regional e intermunicipal associados às demandas institucionais. Assim, estimou-se excedente médio de 50 km por diária para o veículo tipo Sedan, 60 km por diária para a Van e 80 km por diária para o Micro-ônibus. Tais parâmetros destinam-se exclusivamente ao planejamento e não vinculam a execução, sendo a medição e o faturamento realizados com base nos registros efetivos validados pela fiscalização.
- 3.3. Para fins de estimativa orçamentária das horas excedentes, adotou-se parâmetro conservador, considerando que a diária corresponde a 10 (dez) horas, com tolerância de 1 (uma) hora sem cobrança. As horas excedentes estimadas refletem ocorrências excepcionais, decorrentes de extensão pontual de eventos, atrasos operacionais ou deslocamentos intermunicipais, não representando a regra de execução dos serviços.

Grupo 1 – Veículo de Passeio (Sedan médio)

Quantidade estimada de diárias (ano): 120

Quilometragem excedente estimada (ano): 6.000 km

Horas excedentes estimadas (ano): 20 h

Grupo 2 – Micro-ônibus

Quantidade estimada de diárias (ano): 12

Quilometragem excedente estimada (ano): 960 km

Horas excedentes estimadas (ano): 12 h

Grupo 3 – Van

Quantidade estimada de diárias (ano): 36

Quilometragem excedente estimada (ano): 2.160 km

Horas excedentes estimadas (ano): 10 h

- 3.4. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço por grupo, formado pela soma do valor das diárias, do valor do quilômetro excedente (além da franquia) e do valor da hora excedente, quando aplicável, respeitados os valores máximos admissíveis, conforme planilha de valores máximos admissíveis.

3.5. Considerando tratar-se de contratação sob demanda, a simultaneidade de requisições poderá ocorrer, estimando-se, para fins operacionais, a disponibilização simultânea de até:

- 3 Veículos de Passeio (Sedan médio)
- 1 Micro-ônibus
- 1 Van

3.6. Tais quantitativos possuem caráter estimativo e não vinculam a Administração.

4. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, compreendendo:

- a) valor unitário da diária, correspondente ao período de 10 (dez) horas de disponibilização do veículo com motorista, com franquia de 100 (cem) quilômetros inclusos;
- b) valor unitário por quilômetro excedente, aplicado exclusivamente sobre a quilometragem que ultrapassar a franquia de 100 km por diária;
- c) valor unitário por hora excedente, aplicado exclusivamente sobre o tempo que ultrapassar as 10 (dez) horas da diária contratada, acrescidas da tolerância de 1 (uma) hora sem cobrança.

4.2. Considera-se com diária o período de até 10 (dez) horas consecutivas de disponibilização do veículo com motorista, contadas a partir do horário de início indicado na requisição formal do TCE/SC.

4.3. Após o término da diária, será admitida tolerância de 1 (uma) hora, sem cobrança adicional.

4.4. Ultrapassado o período de tolerância, será admitida a cobrança de horas excedentes, limitadas ao máximo de 6 (seis) horas adicionais, calculadas com base no valor unitário da hora excedente.

4.5. Excedido o limite de 6 (seis) horas excedentes, será considerada nova diária, aplicando-se integralmente o valor unitário da diária contratada.

4.6. Não há cobrança específica de pernoite.

4.7. Quando houver necessidade de permanência do motorista em local diverso da base, os custos de hospedagem e alimentação do motorista estarão integralmente incluídos no valor da diária, não sendo objeto de cobrança adicional.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Será permitida a subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pelo TCE/SC, apenas em situações excepcionais, como manutenção ou pane do veículo principal.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto.

6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A locação dos veículos será realizada por demanda, de acordo com as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- 6.2. Sempre que houver necessidade de utilização dos serviços, o TCE/SC encaminhará requisição formal contendo, no mínimo, as seguintes informações: local, data, horário de início e término da viagem, destino, detalhes do percurso e estimativa de quilometragem.
- 6.3. A contratada deverá informar, no prazo máximo de 2 (duas) horas após o recebimento da requisição, os dados do condutor designado para a execução do serviço, incluindo nome e contato telefônico.
- 6.4. A contratada deverá fornecer, em todas as locações, documento que permita ao condutor registrar a quilometragem efetivamente percorrida durante a execução do serviço, o qual deverá ser validado pelo servidor responsável do TCE/SC. Este documento deverá ser atestado pelo condutor da contratada e pelo servidor responsável do TCE/SC. A quilometragem real do serviço deverá ser informada no corpo da nota fiscal.
- 6.5. Os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação mecânica e de higiene, interna e externamente, devidamente abastecidos, segurados e equipados conforme as exigências legais.
- 6.6. Os veículos deverão estar no local indicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos em relação ao horário previsto para o início da viagem, devidamente abastecidos, conforme o percurso indicado na requisição. O abastecimento será realizado pela contratada, sem nenhuma despesa ou custo para o TCE. (**Observação:** O tempo de antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos previsto neste item constitui obrigação operacional da contratada, sem ônus adicional para o TCE/SC, **não sendo computado para fins de contagem da diária**, a qual se inicia exclusivamente no horário de início da viagem indicado na requisição formal, conforme definido no item 4.2)
- 6.7. A contratada deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal o relatório de quilometragem rodada, devidamente validado pelo fiscal do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os veículos em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, atendendo integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência;
- b) Manter seguro total dos veículos e dos passageiros, admitida a existência de franquia, desde que integralmente suportada pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional ao TCE/SC, bem como realizar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional ao TCE/SC;
- c) Assumir integral responsabilidade por danos pessoais ou materiais causados ao TCE/SC ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa;
- d) Substituir o mais breve possível o veículo em caso de pane, acidente, furto ou qualquer ocorrência que impeça a continuidade do serviço;
- e) Disponibilizar motoristas devidamente habilitados, com CNH compatível com a categoria do veículo, válida e em pleno vigor, e com experiência mínima de 2 (dois) anos na condução de veículos compatíveis com o objeto da contratação;
- f) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do serviço, inclusive combustível, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários.

- g) Executar os serviços conforme demanda previamente comunicada, inclusive, de forma excepcional, em dias não úteis.
- h) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de combustível e por todos os custos operacionais, tais como pedágios, estacionamento, alimentação, estadia e demais despesas relacionadas.
- i) Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, não transferindo ao TCE/SC qualquer responsabilidade, inclusive eventuais multas aplicadas.
- J) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso durante e após a execução dos serviços.
- l) O motorista apresentar-se com vestimenta adequada ao serviço, sendo vedado traje incompatível com a atividade;
- m) Manter conduta profissional, urbanidade e direção segura.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado;
- b) Prestar as informações necessárias à adequada execução dos serviços;
- c) Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- d) Rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações contratadas.

9. FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após a prestação do serviço, com base:
 - 9.1.1. no valor da diária, correspondente ao período em que o veículo permanecer à disposição do TCE/SC;
 - 9.1.2. na quilometragem excedente efetivamente apurada, considerada a franquia de 100 (cem) km por diária; e
- 9.2. no valor das horas excedentes efetivamente apuradas, quando aplicável.
- 9.3. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento definitivo dos serviços e liquidação da despesa.
- 9.4. A quilometragem será aferida com base na distância apontada por aplicativo (WAZE, Google Maps e demais aplicativos de localização devidamente identificados no momento da aferição) ou, decidindo a fiscalização, pela quilometragem verificada no hodômetro do veículo.
- 9.5. Quando a aferição da quilometragem for realizada por meio de aplicativo de navegação (Waze, Google Maps ou similar), será considerado o trajeto efetivamente executado entre os pontos de origem e destino definidos na requisição formal, devidamente validado pela fiscalização. Quando utilizada a aferição por meio do hodômetro do veículo, a leitura inicial será realizada no ato do embarque dos usuários e a leitura final no ato do desembarque, devendo ser desconsiderados os deslocamentos efetuados no interesse exclusivo da contratada.
- 9.6. O instrumento de medição (hodômetro ou sistema similar) do veículo utilizado será acionado somente no ato do embarque dos usuários e encerrar-se-á no ato do desembarque.

- 9.7. A contratada fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada por veículo aquela utilizada para o abastecimento, manutenção, ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse, inserindo-se neste a ida ou retorno do local do evento a sua sede/garagem.
- 9.8. Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das requisições de transporte a serviço deste Tribunal, a ser conferida e aprovada pelo fiscal do contrato em conjunto com a área demandante, de acordo com o trajeto verificado no transporte.
- 9.9. Para fins de faturamento, do total de quilômetros aprovado na requisição e validado pela fiscalização será deduzida a franquia de 100 (cem) km por diária, sendo passível de cobrança apenas a quilometragem excedente.

10. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS VEÍCULOS

Grupo 1 – Veículo de Passeio – Sedan Médio

Modelo de referência: Toyota Corolla, Honda Civic ou equivalente

Capacidade mínima: 5 passageiros (incluindo motorista)

4 portas

Potência mínima: 140 CV

Ar-condicionado

Direção hidráulica ou elétrica

Freios ABS

Sistema de som

Ano de fabricação: até 5 (cinco) anos de fabricação, contados da data de execução do serviço.

Perfeito estado de conservação.

Grupo 2 – Micro-ônibus

Capacidade: Capacidade mínima: 25 passageiros

Motor diesel – potência mínima de 180 CV

Ar-condicionado

Direção hidráulica

Câmbio manual ou automático

Freios ABS

Sistema de som

Ano de fabricação: até 5 (cinco) anos de fabricação, contados da data de execução do serviço

Grupo 3 – Van

Capacidade: mínimo 15 passageiros (incluindo motorista)

Motor diesel – potência mínima de 150 CV

Ar-condicionado

Direção hidráulica ou elétrica

Câmbio manual ou automático

Freios ABS

Sistema de som

Bancos reclináveis

Cintos de segurança em todos os assentos

Ano de fabricação: até 5 (cinco) anos de fabricação, contados da data de execução do serviço

11. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 11.1. Os veículos deverão permanecer durante toda a execução contratual em plenas condições de uso, segurança, conforto e higiene, atendendo às normas do CONTRAN, DETRAN, ANTT e demais órgãos competentes.
- 11.2. Eventuais falhas mecânicas ou operacionais deverão ser sanadas o mais breve possível, com substituição do veículo, sem ônus adicional para o TCE/SC.

12. LOCAL DE EXECUÇÃO E MODELO DE RECEBIMENTO

- 12.1. Os serviços serão prestados conforme demanda do TCE/SC, com início preferencialmente na sede do Tribunal, situada na Rua Bulcão Viana, nº 90, Florianópolis/SC.
- 12.2. O recebimento dos serviços dar-se-á:
 - 12.2.1. Provisoriamente, mediante conferência do período executado;
 - 12.2.2. Definitivamente, após validação pelo fiscal do contrato.

13. PRAZOS E VIGÊNCIA

- 13.1. Os veículos deverão ser disponibilizados em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação formal do TCE/SC, através de telefone ou eletronicamente via e-mail. Referido prazo poderá ser reduzido em face da necessidade premente dos serviços.
- 13.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 anos, considerando o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A gestão e fiscalização da contratação observarão o Anexo IX da Resolução TC nº 237/2023, com designação formal de gestor e fiscal do contrato.
- 14.2. O setor solicitante sugere como gestor o titular da Coordenadoria de Engenharia, Infraestrutura e Transporte - CEIT e como fiscal o titular da Divisão de Transporte - DITR, devendo a indicação definitiva ser formalizada pela DAF.

15. PREÇOS, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

- 15.1. Os preços registrados poderão ser reajustados pelo IPCA/IBGE, tendo como data-base a do orçamento estimado 06/05/2026, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, que comprove(m) experiência compatível com o objeto desta contratação, qual seja, que a licitante já executou ou executa serviços de locação de veículos com motorista, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência;
- 16.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da contratante, período de execução, descrição dos serviços prestados e avaliação satisfatória.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária funcional: 01.122.0935.0002, Projeto/Atividade: 001858, Fonte: 1.500.100.000, Classificação Econômica: 33.90.39.27.

18. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor solicitante do TCE/SC (DAF/CEIT), em conformidade com a legislação vigente, integrando o processo administrativo destinado à contratação.

ANEXO II-A – PLANILHA DE VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS

Grupo 1 – Veículo de Passeio (Sedan Médio) – Ampla concorrência

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Diária de 10h com franquias de 100 km	Diária	120	998,96	119.875,20
02	Quilometragem excedente (valor aplicado sobre km além da franquias)	Km	6000	3,00	18.000,00
03	Hora excedente (valor aplicado apenas sobre o período que exceder as 10 (dez) horas da diária, acrescida de 1 (uma) hora de tolerância sem cobrança)	Hora	20	130,00	2.600,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1					R\$ 140.475,20

Grupo 2 – Micro-ônibus – Exclusivo ME/EPP

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
04	Diária de 10h com franquias de 100 km	Diária	12	2.000,00	24.000,00
05	Quilometragem excedente (valor aplicado sobre km além da franquias)	Km	960	8,00	7.680,00
06	Hora excedente (valor aplicado apenas sobre o período que exceder as 10 (dez) horas da diária, acrescida de 1 (uma) hora de tolerância sem cobrança)	Hora	12	300,00	3.600,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2					R\$ 35.280,00

Grupo 3 – Van – Exclusivo ME/EPP

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
07	Diária de 10h com franquias de 100 km	Diária	36	1.388,15	49.973,40
08	Quilometragem excedente (valor aplicado sobre km além da franquias)	Km	2160	5,00	10.800,00

09	Hora excedente (valor aplicado apenas sobre o período que exceder as 10 (dez) horas da diária, acrescida de 1 (uma) hora de tolerância sem cobrança)	Hora	10	200,00	2.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 3					R\$ 62.773,40

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx),
DECLARA que:

- a) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, IV da Lei 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021);
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Art. 67, VI da Lei 14.133/2021).

Local e data

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO ME/EPP
(apresentar juntamente com a proposta readequada)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx),
DECLARA que neste ano-calendário ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021).

Local, data.

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.

ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
(se for o caso, para fins de assinatura do Contrato)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx),
DECLARA ao TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que **é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional**, de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e, durante a vigência do contrato decorrente desta licitação, ao **TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local, data.

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.